



Concurso Público para provimento de cargos de
Analista Ministerial
Administrativo

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'A01', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

MODELO1

Nº do Documento

0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

00001-0001-0001

P R O V A

Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos
Discursiva - Redação

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.
 - contém a proposta e o espaço para o rascunho da redação.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)
- Ler o que se pede na Prova Discursiva - Redação e utilizar, se necessário, o espaço para rascunho.

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de material transparente de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Em hipótese alguma o rascunho da Prova Discursiva - Redação será corrigido.
- A duração da prova é de 4 horas para responder a todas as questões objetivas, preencher a Folha de Respostas, fazer a Prova de Redação e transcrever na Folha de Respostas correspondente.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS GERAIS****Língua Portuguesa**

Atenção: Considere o texto abaixo para responder às questões de números 1 a 10.

Juventudes

Pois se ainda ontem eu era jovem, conforme me asseguravam, asseguro-lhes que ainda hoje minha juventude não acabou. Se viesse a acabar, estaria tão velho que não saberia disso – o que significa que serei eternamente jovem. Preciso acrescentar: nada tenho de especial, todos os jovens da minha idade (isto é, acima dos 60) sabem disso. Não adianta os espelhos (por que se espalham por toda parte?) pretenderem mostrar o contrário, jogar-nos na cara nossa imagem envelhecida. Nós sabemos que eles mentem, sabemos que não têm como refletir nosso espírito – daí se vingarem, refletindo tão somente o que aparece.

Vou mais longe: não é que não envelheçamos, com essa mania que tem o tempo de nunca parar; na verdade, quanto mais anos vivemos, mais remoçamos. Alguns vivem até recuperar de vez – para nunca mais largar dela – a liberdade da infância. Enquanto lá não chego (esperando chegar), vou remoçando, remoçando, a ponto dos jovens de dezenove anos me pedirem mais moderação, mais compostura. Toda vez que fazem isso, surpreendo, no fundo de seus olhos, uma inveja incomensurável: inveja da minha adolescência verdadeira.

É verdade que a natureza, que tem lá seus caprichos, gosta de brincar com nossa juventude de sexagenários. Ela faz, por exemplo, o chão parecer mais longe: custa-nos chegar a ele, para apanhar aquela moedinha. Brinca, ainda, com nosso senso de equilíbrio: um volteio mais rápido do corpo e parece que a Terra subitamente acelerou a rotação. E já não podemos saltar imitando um saci, sobre os quadrados marcados a giz na calçada das brincadeiras: mesmo duas pernas mostram-se insuficientes para retomar o equilíbrio.

Enfim: valha esta mensagem para todos os jovens que ainda acreditam na velhice. Bobagem, meus amiguinhos: a velhice não chega nunca, é mais uma ilusão da juventude. Não adianta o corpo insistir em dar todos os sinais de mau funcionamento, inútil insistirem as bactérias em corromper nossos tecidos, inútil os olhos perderem a luz de dentro e a luz de fora: morremos sempre jovens, espantados por morrer, atônitos com essa insistência caprichosa e absurda da natureza, de vir ceifar nossa vida exatamente quando desfrutamos do esplendor de nossa juventude mais madura.

(Adamastor Rugendas, inédito)

1. Mostrando-se convicto de seu próprio conceito de juventude, o autor do texto deseja demonstrar que a velhice
- (A) existe apenas quando tomamos consciência de sua chegada, o que costuma ocorrer com os primeiros sinais da decrepitude física.
 - (B) somente atinge nosso espírito quando tomamos conhecimento dela pela implacável imagem de nós mesmos que os espelhos fornecem.
 - (C) chega primeiro para aqueles que, quando jovens, não se preparam para enfrentar todos os limites e dissabores dos últimos anos da vida.
 - (D) efetivamente nunca chega, pois o espírito é imune a ela e não acusa em si mesmo as carências e as restrições físicas que chegam com o tempo.
 - (E) de fato inexistente para aquele que, mesmo se sentindo velho e acabado, consegue transmitir aos outros uma imagem de jovialidade.

2. Atente para as seguintes afirmações:

- I. Para o autor do texto, uma evidência de que a velhice não é ilusória está no fato de que os jovens fingem não temê-la e de que os velhos simulam não acreditar nela, sabendo ambos o quanto o tempo é implacável.
- II. No segundo parágrafo, o autor retrata-se do exagero que cometeu no parágrafo anterior, onde afirmou *minha juventude não acabou*, e no terceiro parágrafo confessará que não é pouco penoso ser um sexagenário.
- III. Ao longo do texto, o autor promove uma desvinculação entre o corpo e o espírito, de modo que um sexagenário possa sentir-se intimamente jovem.

Em relação ao texto, está correto SOMENTE o que se afirma em

- (A) I.
- (B) II.
- (C) III.
- (D) I e II.
- (E) II e III.

3. Considerando-se o contexto, traduz-se com correção e coerência o sentido do seguinte segmento:

- (A) *Pois se ainda ontem eu era jovem* (1º parágrafo) = mesmo que ontem eu fosse moço
- (B) *não têm como refletir nosso espírito* (1º parágrafo) = não podem espiritualizar nossa imagem
- (C) *até recuperar de vez* (2º parágrafo) = afim de se reabilitar inteiramente
- (D) *uma inveja incomensurável* (2º parágrafo) = um anseio irretroatável
- (E) *desfrutamos do esplendor* (4º parágrafo) = usufruímos a magnificência

4. Está clara e correta a **redação** deste livre comentário sobre o texto:

- (A) Os espelhos, do ponto de vista das pessoas velhas, não existem se não para mostrá-las os traços indesejáveis de seus rostos, já que o espírito lhes permanece jovem.
- (B) Para o autor do texto, o espírito das pessoas não envelhece: com o correr dos anos, elas passam a se sentir mais e mais jovens.
- (C) É de se confessar que a velhice trás, de fato, alguns resquícios de enfraquecimento, haja visto os desequilíbrios corporais e sua cada vez menor elasticidade.
- (D) O autor chega ao displante de considerar a velhice uma mera ilusão da juventude; parece-lhe, até mesmo, que os sexagenários são mais adolescentes que os mesmos.
- (E) Há alguns velhinhos, de fato, em cujos traços os fazem assemelhados a crianças, razão pela qual o autor considera a possibilidade de um contínuo remoçamento.



5. Considerando-se as normas de concordância verbal, há uma **irregularidade** na frase:
- (A) Não deveriam preocupar aos mais velhos, na opinião do autor do texto, a expectativa de que os muitos anos já vividos acarretam a decrepitude do espírito.
- (B) Falando dos sexagenários, assegura-nos o autor que seu espírito não envelhece, que podem mesmo senti-lo rejuvenescido sob mais de um aspecto.
- (C) Que os desequilíbrios do corpo ou a falta de agilidade não pareçam aos mais velhos o indício de um pleno envelhecimento, pois o espírito não acusa tais fraquezas.
- (D) Não sei o quanto surpreenderá aos jovens o fervor com que o autor se vale de argumentos para considerar que os anos de velhice efetivamente nunca chegam.
- (E) Ao contrário dos mais jovens, a quem surpreendem as ideias do autor, agradará aos mais velhos aboná-las como inteiramente naturais.
-
6. Está plenamente adequada a correlação entre tempos e modos verbais na frase:
- (A) Se a natureza não fosse tão caprichosa, seria bom que possamos ainda brincar nos jogos de calçada, com os quais tanto nos animávamos quando pequenos.
- (B) Quanto mais vivermos, mais remoçaremos, e um dia teremos chegado ao desfrute da liberdade de que gozávamos quando crianças.
- (C) Se o chão parece mais longe agora, dever-se-á isso ao fato de que nosso corpo começasse a se ressentir dos limites que nos impõem os muitos anos de vida.
- (D) Esperemos que esta mensagem viesse a contribuir para que todos os jovens que acreditassem na velhice possam mudar de opinião.
- (E) Melhor será se a morte não tivesse a má ideia de vir interromper nossa vida justamente quando estivermos desfrutando do esplendor da última juventude.
-
7. Está plenamente adequada a pontuação da seguinte frase:
- (A) O autor do texto sem dispensar o humor, defende um ponto de vista curioso, segundo o qual a velhice, normalmente uma idade temida, e estigmatizada, não passa de mais uma ilusão da juventude.
- (B) O autor do texto, sem dispensar o humor defende um ponto de vista curioso, segundo o qual a velhice normalmente, uma idade temida e estigmatizada não passa de mais uma ilusão, da juventude.
- (C) O autor do texto, sem dispensar o humor defende um ponto de vista, curioso, segundo o qual a velhice, normalmente uma idade, temida e estigmatizada, não passa de mais uma ilusão da juventude.
- (D) O autor do texto, sem dispensar o humor, defende um ponto de vista curioso, segundo o qual a velhice, normalmente uma idade temida e estigmatizada, não passa de mais uma ilusão da juventude.
- (E) O autor do texto, sem dispensar o humor, defende um ponto de vista curioso, segundo o qual, a velhice normalmente uma idade temida e estigmatizada, não passa de mais uma ilusão da juventude.
-
8. Está plenamente adequado o emprego de **ambos** os segmentos sublinhados em:
- I. Os anos da velhice, em cujo peso ninguém descredita, parecem ao autor tão ou mais amenos quanto os da juventude.
- II. O preço do passar dos anos, paga-lhe o corpo com os limites e carências de que passa a acusar, mas o espírito segue inabalável.
- III. A despeito da má fama de que a velhice é vítima, vivê-la bem é preferível a aproveitar mal a mocidade.
- Atende ao enunciado SOMENTE o que está em
- (A) I.
(B) II.
(C) III.
(D) I e II.
(E) II e III.
-
9. **Ambas** as frases admitem transposição para a voz **passiva** em:
- (A) **Não renego a mal afamada velhice e Alguém invejará os velhos?**
- (B) **Vou mais longe que você e A natureza tem seus caprichos.**
- (C) **O tempo brinca com a juventude e O passar dos anos não lhe fez mal.**
- (D) **Que os jovens acreditem em mim e Sinto-me mais moço do que ele.**
- (E) **A natureza não nos poupa e O espírito segue confiante.**
-
10. O **mau emprego** do elemento sublinhado torna **incoerente** a seguinte frase:
- (A) Conquanto não tema a velhice, o autor não deixa de reconhecer os agravos físicos da idade.
- (B) Ele não teme a velhice, por mais que tantos se ponham a execrá-la.
- (C) Não obstante a decrepitude do corpo, o espírito ainda desfruta de todo o seu vigor.
- (D) Ele vê a velhice com simpatia, porquanto não sentiu envelhecer o espírito.
- (E) Louvo a velhice, a despeito de alguns verem nela algumas benesses.
-
- Matemática e Raciocínio Lógico**
11. Um motor funciona durante 3 horas consecutivas com 1 litro do combustível A, e 2,5 horas consecutivas com 1 litro do combustível B. Admita que esse motor funcione com qualquer mistura dos combustíveis A e B, e sempre com rendimento diretamente proporcional ao tempo de funcionamento com cada combustível quando utilizado isoladamente. O tempo de funcionamento desse motor com uma mistura de 500 mL de combustível A e 500 mL de combustível B será de 2 horas e
- (A) 42 minutos.
(B) 52 minutos.
(C) 48 minutos.
(D) 40 minutos.
(E) 45 minutos.



<p>12. O número 40 é dividido em três parcelas positivas. A maior das três parcelas deixa resto 4 na divisão por 8. A parcela de valor intermediário deixa resto 1 na divisão por 8. Nas condições dadas, a menor das três parcelas é igual a</p> <p>(A) 4 (B) 3 (C) 2 (D) 5 (E) 1</p>	<p style="text-align: center;">Legislação (Estatuto do Ministério Público do Estado do Maranhão)</p> <p>16. Os recursos próprios originários de taxa de inscrição, para os concursos públicos promovidos pela Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Maranhão, serão utilizados para</p> <p>(A) aprimoramento dos concursos públicos realizados pelo Governo do Estado do Maranhão. (B) programas vinculados à finalidade da Instituição, vedada outra destinação. (C) fundo de despesa estadual criado para a contratação de estagiários para o Governo do Estado do Maranhão. (D) financiamento de projetos do Governo do Estado relacionados a carreiras de Estado. (E) cobertura de custos de processos administrativos que envolvam servidores e membros do Ministério Público.</p>
<p>13. Álvaro assumiu uma dívida de x reais em janeiro. Em fevereiro ele pagou $\frac{3}{5}$ dessa dívida. Em março, pagou metade do que ainda devia e, em abril, quitou a dívida, tendo de acrescentar ao pagamento 20% de juros sobre o valor da dívida que havia assumido em janeiro. Se o valor total pago por Álvaro em abril para quitar sua dívida (incluindo os juros) foi de R\$ 1.280,00, então x é igual a</p> <p>(A) R\$ 3.150,00 (B) R\$ 2.820,00 (C) R\$ 3.200,00 (D) R\$ 3.300,00 (E) R\$ 3.050,00</p>	<p>17. Sobre o Procurador-Geral de Justiça é correto afirmar que</p> <p>(A) é nomeado pelo Governador do Estado para mandato de um ano. (B) é vedada a sua recondução para mais um período de mandato. (C) sua destituição deverá ser precedida de autorização de um terço dos membros da Assembleia Legislativa. (D) a ele compete presidir o processo eleitoral interno para a escolha dos Subprocuradores-Gerais de Justiça para assuntos jurídicos e administrativos. (E) poderá ter em seu gabinete membros do Ministério Público da mais alta evidência ou com mais de cinco anos de carreira.</p>
<p>14. Em uma folha quadrada de papel, foram traçadas 3 linhas paralelas a um dos lados da folha e outras 3 linhas perpendiculares às linhas já traçadas de forma a surgirem 16 pequenos quadrados idênticos em seu interior. Algumas fichas serão colocadas nos pequenos quadrados de acordo com a seguinte regra:</p> <ul style="list-style-type: none">– não se pode colocar mais de uma ficha em cada pequeno quadrado;– não se pode colocar mais do que três fichas em cada linha, coluna ou diagonal da folha de papel. <p>Nas condições dadas, o número máximo de fichas que se pode colocar sobre a folha quadrada de papel é</p> <p>(A) 10 (B) 11 (C) 9 (D) 12 (E) 8</p>	<p>18. Conforme disposto na Lei Complementar nº 13/91, considera-se órgão de execução do Ministério Público</p> <p>(A) o Promotor de Justiça Substituto. (B) o Corregedor-Geral de Justiça. (C) a Ouvidoria do Ministério Público. (D) a Escola Superior do Ministério Público. (E) o Centro de Apoio Operacional.</p>
<p>15. O recipiente A possui 10 litros de água, e o recipiente B está vazio. A água pode ser transferida do recipiente A para o B (e do B para o A) livremente apenas com o uso de duas canecas, com capacidades de 3 e 5 litros. O número mínimo de transferências de água entre os recipientes até que o recipiente B fique com 4 litros de água é</p> <p>(A) quatro. (B) seis. (C) cinco. (D) três. (E) dois.</p>	<p>19. Para os fins da Lei nº 9.784/99, é denominada unidade de atuação dotada de personalidade jurídica</p> <p>(A) o órgão. (B) a autoridade. (C) o Ministério Público. (D) a Câmara de Recurso do Processo Administrativo. (E) a entidade.</p> <p>20. Nos termos do Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado do Maranhão,</p> <p>(A) a prestação de serviços gratuitos é facultada aos servidores. (B) cargo público é aquele criado por lei para provimento efetivo e não comissionado. (C) a investidura em cargo público ocorrerá com a entrada em exercício. (D) a investidura em cargo público impõe aprovação prévia em concurso público, ressalvados os casos de nomeação para cargos de livre nomeação e exoneração. (E) o concurso público será válido por dois anos a contar da publicação do resultado final.</p>

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****Direito Administrativo**

21. Determinado servidor público, ao aplicar sanção a seu subordinado, assim o fez de forma excessiva e sem levar em conta as circunstâncias da falta disciplinar e o anterior comportamento do funcionário, isto é, seus antecedentes funcionais. O fato narrado caracteriza violação ao seguinte princípio da Administração Pública:
- (A) razoabilidade.
(B) publicidade.
(C) eficiência.
(D) supremacia do interesse público.
(E) presunção de veracidade.
22. João obteve a primeira colocação na classificação final de determinado concurso público, conforme publicação realizada em jornal de grande circulação. No entanto, foi nomeado mediante publicação em periódico diverso e de menor circulação, o que o impossibilitou de tomar as providências necessárias à posse e entrada em exercício na função. A convocação de João mediante singelo aviso genérico em jornal de pequena circulação, diverso daquele em que os atos oficiais haviam sido até então publicados, não é apta a alcançar as finalidades de transparência e de conferir ciência ao nomeado, visto que dificulta o acesso e a compreensão da informação veiculada. A situação narrada evidencia a violação ao seguinte princípio da Administração Pública:
- (A) improbidade.
(B) motivação.
(C) publicidade.
(D) supremacia do interesse público.
(E) presunção de veracidade.
23. Uma das atividades da Administração Pública consiste em controlar a atividade dos órgãos inferiores, para verificar a legalidade de seus atos e o cumprimento de suas obrigações, podendo anular os atos ilegais ou revogar os inconvenientes ou inoportunos. Trata-se do exercício do poder
- (A) jurídico-normativo.
(B) disciplinar.
(C) regulamentar.
(D) de polícia.
(E) hierárquico.
24. Um dos atributos do poder de polícia denomina-se autoexecutoriedade. Segundo ele, a Administração Pública tem o poder de compelir materialmente o administrado, utilizando meios diretos de coação. Constitui exemplo de tal atributo,
- (A) impossibilidade de licenciamento de veículo enquanto não paga a multa de trânsito.
(B) autorização para porte de arma.
(C) aplicação de multa.
(D) dissolução de uma reunião.
(E) concessão de licença para o exercício de determinada profissão.
25. Se a Administração Pública pune um funcionário, mas este não praticou qualquer infração, haverá vício
- (A) no motivo do ato administrativo.
(B) no objeto do ato administrativo.
(C) no sujeito do ato administrativo.
(D) na forma do ato administrativo.
(E) em um dos atributos do ato administrativo, mas não nos requisitos de tal ato.
26. Romeo, servidor público, ao praticar determinado ato administrativo assim o fez com vício de finalidade, isto é, o ato distanciou-se do fim público. Nesse caso,
- (A) será possível a convalidação, que, na hipótese, terá efeitos *ex nunc*.
(B) Romeo deverá anular o ato administrativo.
(C) Romeo poderá revogar o ato administrativo.
(D) será possível a convalidação, que, na hipótese, terá efeitos *ex tunc*.
(E) caberá a anulação do ato administrativo apenas pelo Poder Judiciário.
27. A Administração Pública pretende revogar ato administrativo vinculado e absolutamente legal. Nesse caso,
- (A) é possível a revogação, pois pode se dar em qualquer hipótese, desde que presentes os requisitos de conveniência e oportunidade.
(B) o ato em questão não comporta revogação.
(C) o ato em questão deve sempre permanecer no mundo jurídico, justamente por ser absolutamente legal.
(D) o ato administrativo em questão deve ser extirpado do mundo jurídico através do instituto da convalidação e não da revogação.
(E) não é possível a revogação, pois apenas os atos discricionários e ilegais podem ser revogados.
28. Considere as seguintes assertivas concernentes à discricionariedade e vinculação na atuação administrativa:
- I. O ato vinculado é analisado apenas sob o aspecto da legalidade.
II. Existe ato administrativo inteiramente discricionário.
III. O ato discricionário é analisado apenas sob o aspecto do denominado *mérito administrativo*.
IV. Um aspecto no qual concerne a discricionariedade é o momento da prática do ato, pois se a lei nada estabelecer, a Administração escolherá o momento mais adequado para atingir a consecução de determinado fim.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) I e II.
(B) I, II e III.
(C) I e IV.
(D) II, III e IV.
(E) III e IV.



29. É facultativo o instrumento de contrato, podendo ser substituído por outros instrumentos hábeis, tais como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço,
- (A) nas inexigibilidades cujos preços estejam compreendidos nos limites de licitação na modalidade concorrência.
- (B) nos casos de concorrência.
- (C) nos casos de tomada de preços.
- (D) nas dispensas cujos preços estejam compreendidos nos limites de licitação na modalidade tomada de preços.
- (E) nos casos de compra com entrega imediata e integral dos bens adquiridos, dos quais não resultem obrigações futuras, inclusive assistência técnica.
30. Nos termos da Lei nº 8.666/93, ficam os licitantes liberados dos compromissos assumidos, se, decorrido determinado prazo da data da entrega das propostas, não houver convocação para a contratação. O prazo a que se refere o enunciado é de
- (A) 30 dias.
- (B) 45 dias.
- (C) 60 dias.
- (D) 90 dias.
- (E) 120 dias.
31. Considere a seguinte assertiva concernente ao princípio da adjudicação compulsória: "A expressão *adjudicação compulsória* é equívoca, porque pode dar a ideia de que, uma vez concluído o julgamento, a Administração está obrigada a adjudicar". A frase em questão está
- (A) incorreta, porque mesmo que a Administração Pública não leve o procedimento licitatório a seu termo, deverá adjudicar ao vencedor.
- (B) incorreta, pois há direito subjetivo à adjudicação mesmo quando a Administração Pública opta pela revogação do procedimento.
- (C) correta, porque a Administração Pública não está obrigada a adjudicar, ainda que leve o procedimento licitatório a seu termo.
- (D) correta, porque a revogação motivada pode ocorrer em qualquer fase da licitação.
- (E) incorreta, porque não cabe revogar a adjudicação, por se tratar de ato estritamente vinculado.
32. Na modalidade de licitação convite, existindo na praça mais de três possíveis interessados, a cada novo convite, realizado para objeto idêntico ou assemelhado, é obrigatório o convite a um número mínimo de interessado(s), enquanto existirem cadastrados não convidados nas últimas licitações. Nesse sentido, na hipótese narrada no enunciado, é obrigatório o convite a, no mínimo, mais
- (A) um interessado.
- (B) dois interessados.
- (C) três interessados.
- (D) cinco interessados.
- (E) seis interessados.
33. Nos termos da Lei nº 8.666/93, é dispensável a licitação quando houver possibilidade de comprometimento da segurança nacional, nos casos estabelecidos em decreto do Presidente da República, ouvido o
- (A) Congresso Nacional.
- (B) Ministério da Fazenda.
- (C) Conselho Nacional de Justiça.
- (D) Conselho de Defesa Nacional.
- (E) Senado Federal.
34. A Administração Pública, sob o fundamento da inexigibilidade de licitação, contrata determinada empresa para a prestação de serviços de publicidade. A propósito do tema, é correto afirmar que
- (A) é possível a contratação por inexigibilidade de licitação, desde que comprovados os requisitos da singularidade e notória especialização.
- (B) a inexigibilidade de licitação não se aplica para serviços de publicidade.
- (C) o caso narrado amolda-se na hipótese de licitação dispensável e não inexigível.
- (D) a situação narrada exige licitação na modalidade leilão.
- (E) a situação narrada exige licitação na modalidade tomada de preços.
35. A Administração convocará regularmente o interessado para assinar o termo de contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo e condições estabelecidos, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 8.666/93. A propósito do prazo de convocação, é correto afirmar:
- (A) O prazo de convocação poderá ser prorrogado por duas vezes, quando solicitado pela parte e desde que haja motivo justificado.
- (B) Não cabe prorrogação do prazo de convocação.
- (C) O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela parte durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração.
- (D) O prazo de convocação é sempre prorrogado uma vez, por igual período, independentemente de solicitação da parte.
- (E) O prazo de convocação poderá ser prorrogado até três vezes, por igual período, quando solicitado pela parte durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração.
36. Considere as seguintes sanções administrativas previstas na Lei nº 8.666/93:
- I. Advertência.
- II. Multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato.
- III. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a dois anos.
- IV. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção de suspensão prevista no item acima. (item III)
- Pela inexecução do contrato administrativo a Administração poderá, desde que garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado algumas sanções administrativas. Se a inexecução for PARCIAL são cabíveis as sanções previstas nos itens
- (A) I e II, apenas.
- (B) I, III e IV, apenas.
- (C) II, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III e IV.



37. Considere a seguinte situação hipotética: o Estado do Maranhão realizou licitação na modalidade pregão e exigiu dos interessados o pagamento de taxa para o fornecimento de cópia do edital, sendo o valor cobrado inferior ao custo de sua reprodução gráfica. A propósito do tema, é correto afirmar que a postura do Estado
- (A) foi correta, pois é possível cobrar pelo fornecimento do edital, desde que o valor seja inferior ao custo de sua reprodução gráfica.
- (B) foi correta, pois é possível cobrar pelo fornecimento do edital, independentemente do custo de sua reprodução gráfica.
- (C) não foi correta, pois no pregão é vedada a cobrança de quaisquer taxas e emolumentos.
- (D) não foi correta, pois no pregão não se admite apenas a cobrança de taxa para o fornecimento do edital, independentemente de seu valor.
- (E) não foi correta, pois em qualquer licitação é vedada a cobrança de valores para o fornecimento de cópia do edital.

38. Considere as seguintes pessoas:
- I. Prefeitos.
- II. Particulares, que tenham se beneficiado de eventual ato ímprobo.
- III. Servidores públicos (pessoas com vínculo empregatício, estatutário ou contratual, com o Estado).
- Nos termos da Lei nº 8.429/92, são considerados sujeitos ativos da improbidade administrativa o que consta em
- (A) I, apenas.
- (B) I e III, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) I, II e III.
- (E) II, apenas.

39. Darwin, servidor público, permitiu que chegasse ao conhecimento de um colega de infância, empresário do ramo de supermercados, antes da respectiva divulgação oficial, teor de medida econômica capaz de afetar o preço do leite. Nos termos da Lei nº 8.429/92, a conduta em questão constitui
- (A) ato ímprobo causador de prejuízo ao erário.
- (B) ato ímprobo que atenta contra os princípios da Administração Pública.
- (C) ato ímprobo que importa enriquecimento ilícito.
- (D) crime, mas não ato ímprobo.
- (E) apenas ilícito de natureza administrativo-disciplinar.

40. Considere as seguintes assertivas:
- I. Exigem, para sua ocorrência, que o agente público tenha agido com culpa.
- II. Uma de suas condutas consiste em perceber vantagem econômica, direta ou indireta, para facilitar a alienação, permuta ou locação de bem público.
- III. Havendo o enriquecimento ilícito perderá, o agente público ou terceiro beneficiário, os bens ou valores acrescidos ao seu patrimônio.
- IV. Exigem, para sua ocorrência, que o agente público tenha agido com culpa ou dolo.
- Nos termos da Lei nº 8.429/92, especificamente no que concerne aos atos de improbidade administrativa que importam enriquecimento ilícito, está correto o que se afirma APENAS em
- (A) III e IV.
- (B) I e II.
- (C) I, II e IV.
- (D) II e III.
- (E) I, III e IV.

Noções de Administração Pública

41. Considere as afirmações acerca do Decreto-Lei nº 200/67, que trouxe profundas alterações na organização e funcionamento da Administração Pública.
- I. Afastou os princípios do planejamento, descentralização, coordenação e controle.
- II. Expandiu as empresas públicas, as sociedades de economia mista e as autarquias.
- III. Fortaleceu e expandiu o sistema de mérito e estabeleceu diretrizes para elaboração de plano de classificação de cargos.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) I.
- (B) II.
- (C) III.
- (D) I e II.
- (E) II e III.

42. Entre os objetivos globais do Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado, iniciado pelo Ministro Bresser Pereira, em 1995, e consolidado com a Emenda Constitucional nº 19/1998, NÃO se inseriu
- (A) o aumento de governança do Estado, ou seja, sua capacidade administrativa de governar com efetividade e eficiência, voltando sua ação para o atendimento do cidadão.
- (B) a ação limitada do Estado àquelas ações que lhe são próprias, reservando, em princípio, os serviços não exclusivos para a propriedade pública não estatal.
- (C) a transferência da União para os Estados e Municípios das ações de caráter local: só em casos de emergência cabe a ação direta da União.
- (D) a transferência parcial da União para os Estados das ações de caráter regional, de forma a permitir maior parceria entre os Estados e a União.
- (E) o fortalecimento do denominado Núcleo Estratégico do Estado, que corresponde aos setores onde o Estado atua simultaneamente com outras organizações públicas não estatais.

43. Analise as afirmações que tratam das convergências e divergências entre as organizações públicas e privadas.
- I. A Administração direta tem como objetivo proporcionar o bem-estar à coletividade, enquanto a iniciativa privada tem como objetivo primordial o lucro.
- II. O "cliente" da Administração Pública paga pelos serviços ofertados mesmo sem utilizá-los diretamente, através dos impostos, enquanto o cliente da iniciativa privada apenas paga pelo que utiliza ou consome.
- III. Apenas as entidades privadas utilizam técnicas administrativas como o planejamento, a organização e o controle e sofrem influência do ambiente externo.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) I.
- (B) II.
- (C) III.
- (D) I e II.
- (E) II e III.



<p>44. Analise as afirmações acerca da Gestão de Resultados na produção de serviços públicos.</p> <p>I. Na Administração Pública Federal a gestão por resultados foi introduzida com o PPA 2000-2003, sob a ótica da estruturação das ações de governo em programas.</p> <p>II. O conceito de Orçamento orientado para resultados, voltado para a eficiência na alocação de recursos, contempla maior fidelidade entre os recursos aprovados e as realizações.</p> <p>III. Os resultados são orientados a partir da perspectiva do cidadão-cliente e prescindem, assim, do estabelecimento de planejamento estratégico com envolvimento dos servidores.</p> <p>Está correto o que se afirma APENAS em</p> <p>(A) I. (B) II. (C) III. (D) I e II. (E) II e III.</p>	<p>48. O conceito proposto na década de 1990, por Hammer e Champy, consistente na implementação de mudanças radicais, com redesenho de processos de trabalho, rompendo paradigmas tradicionais de Administração, denomina-se</p> <p>(A) Gerencialismo. (B) Qualidade Total. (C) Estado em Rede. (D) Reengenharia. (E) Administração por Resultados.</p>
<p>45. As redes organizacionais possuem como característica, dentre outras,</p> <p>(A) a verticalização da comunicação. (B) um modelo de gestão horizontal, com compartilhamento de conhecimentos. (C) o monitoramento constante de processos e acessos. (D) o uso maciço da tecnologia da informação e consequente rigidez das soluções. (E) um sistema central de controle.</p>	<p>49. A respeito do Novo Gerencialismo Público ou Nova Gestão Pública, conhecido como <i>New Public Management</i> é INCORRETO afirmar:</p> <p>(A) Fundamenta-se na premissa básica denominada <i>accountability</i>, que corresponde à redução drástica de custos, desestatização e busca da eficiência na prestação de serviços. (B) Apresentou três estágios: o gerencialismo puro, o <i>consumerism</i> e o <i>Public Service Orientation</i>. (C) Foi impulsionado por fatores como a democracia, cobrando eficiência e participação nas decisões, e globalização, trazendo tecnologias de informação e comunicação. (D) Apresentou, como principais resultados obtidos em nível mundial: redução do tamanho dos governos, melhoria nos processos, melhoria na eficácia e descentralização. (E) Consiste em um conjunto de doutrinas, surgidas na década de 1970, que pretendia que os princípios gerenciais utilizados nas empresas privadas fossem também aplicados à Administração Pública.</p>
<p>46. A ferramenta de avaliação que identifica as melhores instituições, métodos e estratégias que elas utilizam para o sucesso de suas áreas funcionais e processos, comparando essas práticas com as da organização avaliada e verificando como estas podem ser melhoradas, denomina-se</p> <p>(A) <i>benchmarking</i>. (B) matriz SWOT. (C) parametrização. (D) diagrama de comparabilidade. (E) ciclo PDCA.</p>	<p>50. A respeito dos conceitos de missão, visão e valores, inseridos no âmbito da Gestão Estratégica das organizações, é correto afirmar que</p> <p>(A) missão é o consenso dos membros da organização sobre o futuro que se deseja e os passos a serem seguidos para superar os desafios. (B) valores são princípios e padrões que orientam a atuação da organização e que devem ser internalizados em sua cultura. (C) identificar a visão é determinar o propósito fundamental da organização, ou seja, a sua própria razão de ser. (D) a identificação da missão da organização pressupõe a valoração de cenários futuros, consistentes em desafios e oportunidades. (E) a visão da organização é a forma pela qual a mesma pretende ser vista pela sociedade, de acordo com o conjunto de valores e crenças que apresenta.</p>
<p>47. De acordo com a Constituição Federal brasileira, insere-se entre as finalidades do controle interno da Administração Pública</p> <p>(A) avaliar o cumprimento das metas previstas no Plano Plurianual, exceto a execução dos programas de governo. (B) exercer o controle dos direitos e haveres da União. (C) comprovar a legalidade da aplicação de recursos públicos por entidades de Direito Público, exclusivamente. (D) julgar as contas dos administradores públicos e determinar o bloqueio de bens. (E) exercer, simultaneamente, o controle externo das entidades integrantes da Administração Indireta.</p>	<p>51. A respeito do diagnóstico organizacional ou estratégico e identificação das variáveis envolvidas no processo, considere:</p> <p>I. A análise interna identifica os pontos fortes e fracos da organização, ou seja, suas competências e deficiências. II. A análise externa objetiva a identificação de oportunidades e ameaças que podem impactar o desempenho da organização. III. Tanto as variáveis externas como as internas são controláveis, a partir da identificação das metas a serem alcançadas pela organização.</p> <p>Está correto o que se afirma APENAS em</p> <p>(A) I. (B) I e II. (C) II. (D) II e III. (E) III.</p>



<p>52. A respeito dos indicadores de desempenho é correto afirmar que</p> <p>(A) correspondem às análises feitas pela sociedade a respeito da eficácia das políticas públicas implementadas por determinada organização.</p> <p>(B) constituem metas a serem cumpridas quanto à eficácia na alocação de recursos públicos.</p> <p>(C) são métricas para aferir a aderência de ações governamentais às expectativas da opinião pública.</p> <p>(D) constituem parâmetros que fornecem informações mensuráveis sobre em que grau os objetivos da organização estão sendo alcançados.</p> <p>(E) são instrumentos voltados, exclusivamente, para medir a atuação de agentes públicos, atrelando a sua remuneração aos resultados alcançados.</p>	<p>56. Sobre Gestão de Projetos, analise:</p> <p>I. A estrutura do PMI – <i>Public Management Institute</i> compreende, exclusivamente, certificação.</p> <p>II. A EAP – Estrutura Analítica do Projeto corresponde a uma representação gráfica organizada e hierárquica de todo o projeto, com a subdivisão das entregas e do trabalho a ser executado.</p> <p>III. CPM – <i>Critical Path Method</i> é uma metodologia utilizada no planejamento de projetos, diretamente relacionada com a minimização do tempo de duração do projeto.</p> <p>Está correto o que se afirma APENAS em</p> <p>(A) I.</p> <p>(B) II.</p> <p>(C) III.</p> <p>(D) I e II.</p> <p>(E) II e III.</p>
<p>53. A respeito da avaliação do planejamento estratégico da Administração Pública, considere:</p> <p>I. Eficiência é uso racional e econômico dos insumos na produção de bens e serviços.</p> <p>II. Efetividade é o grau de alcance das metas, é uma medida de resultados utilizada para avaliar o desempenho da Administração.</p> <p>III. Eficácia é o impacto final das ações, é o grau de satisfação das necessidades e dos desejos da sociedade pelos serviços prestados.</p> <p>Está correto o que se afirma APENAS em</p> <p>(A) I.</p> <p>(B) I e II.</p> <p>(C) II.</p> <p>(D) II e III.</p> <p>(E) III.</p>	<p>57. Constituem, dentre outros, critérios do modelo de excelência em gestão da FNQ – Fundação Nacional da Qualidade:</p> <p>(A) governabilidade, correspondente à gestão de informações comparativas a serem avaliadas.</p> <p>(B) governança, relacionado aos processos finalísticos da organização e sua efetividade.</p> <p>(C) liderança, relacionado à governança pública e à governabilidade da organização, incluindo aspectos relativos à equidade e transparência.</p> <p>(D) equidade, consistente no gerenciamento de processos finalísticos e de apoio.</p> <p>(E) geração de valor, correspondente à redução dos custos na prestação dos serviços.</p>
<p>54. Em relação à Gestão de Processos é INCORRETO afirmar:</p> <p>(A) O <i>Business Process Management</i> é uma filosofia de gestão suportada por plataformas tecnológicas e funciona apoiado em outros processos de modo a integrá-los até a entrega final ao cliente.</p> <p>(B) Segundo a visão da SDPS – <i>Society for Design and Process Science</i> a maturidade do processo acompanha o grau de conhecimento das equipes envolvidas e o grau de minimização de riscos e efeitos indesejados.</p> <p>(C) O CMMI divide o processo em três níveis de maturidade: incompleto, modelado e otimizado.</p> <p>(D) O BPMS – <i>Business Process Management Systems</i> é um sistema computacional que suporta a gestão da informação pela organização, com foco no gerenciamento de processos.</p> <p>(E) Segundo a visão do CBOK, os processos podem ser classificados em cinco níveis: inicial, gerenciado, padronizado, previsível e otimizado.</p>	<p>58. A metodologia de gestão que contempla, entre seus preceitos, a elaboração de um mapa estratégico, o fortalecimento da liderança e o <i>feedback</i> institucional, denomina-se</p> <p>(A) <i>Balanced Score Card</i> – BSC.</p> <p>(B) <i>Downsizing</i>.</p> <p>(C) Ciclo PDCA.</p> <p>(D) Diagrama de Ishikawa.</p> <p>(E) Diagrama de Pareto.</p> <p>59. O instrumento utilizado no âmbito da Administração Pública Gerencial para conferir maior autonomia orçamentária e financeira aos órgãos da Administração direta e indireta, com o estabelecimento de metas e objetivos a serem atingidos, é</p> <p>(A) o Contrato de Programa.</p> <p>(B) o Termo de Parceria.</p> <p>(C) o Contrato de Gestão.</p> <p>(D) o Programa de Participação nos Resultados.</p> <p>(E) a Declaração de Propósitos.</p>
<p>55. A gestão de contratos no âmbito da Administração Pública contempla</p> <p>(A) gerenciamento, fiscalização ou acompanhamento e recebimento do objeto contratado.</p> <p>(B) apenas a fiscalização da execução contratual.</p> <p>(C) exclusivamente o monitoramento quanto à adequação da prestação e do objeto contratado.</p> <p>(D) a aderência da contratação aos objetivos públicos pretendidos.</p> <p>(E) o gerenciamento de custos e a fiscalização da conduta do contratado.</p>	<p>60. NÃO se inseriu entre os objetivos do Programa Nacional de Desburocratização, implementado no início dos anos 1980,</p> <p>(A) minimizar o crescimento excessivo da Administração Indireta.</p> <p>(B) substituir a fiscalização dirigida pelo controle prévio, a fim de evitar fraudes e desvios.</p> <p>(C) agilizar a execução de programas federais para assegurar o cumprimento dos objetivos prioritários do Governo.</p> <p>(D) potencializar a execução da Reforma Administrativa prevista no Decreto-Lei nº 200/67.</p> <p>(E) contribuir para a melhoria do atendimento aos usuários do serviço público.</p>

**Discursiva – Redação**

- Atenção:**
- Na Prova Discursiva – Redação, deverão ser rigorosamente observados os limites mínimo de 20 (vinte) linhas e máximo de 30 (trinta) linhas, sob pena de perda de pontos a serem atribuídos à Redação.
 - Em hipótese alguma o rascunho elaborado pelo candidato será considerado na correção da Prova Discursiva – Redação pela Banca Examinadora.

O Direito se situa numa realidade socialmente construída e possui, em sua essência, um caráter social, bem como um caráter histórico. Isso nos remete à direta associação entre direito e política, direito e história, direito e realidade social, evidenciando que o direito é concreto, vivo, um contínuo processo em construção e transformação.

(Adaptado de: Elizabete David Novaes. **Revista Sociologia Jurídica**, n. 01 – Julho-Dezembro/2005)

Com base no que se afirma acima, redija um texto dissertativo-argumentativo a respeito do seguinte tema:

A atuação do Ministério Público na efetivação do Direito

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	